

Linguagens do parentesco: lógicas de construção identitária

Este artigo pretende abordar a problemática do universo familiar como lugar de construção identitária. É forçoso constatar que a questão da transmissão familiar tem sido abundantemente tratada do ponto de vista das trocas concretas: as pesquisas realizadas nestes últimos anos sobre as redes de solidariedade dão testemunho desse renovado interesse pelo parentesco (Attias-Donfut, 1995 e 2000; Coenen-Huther *et al.*, 1994; Finch e Mason, 1993; Déchaux, 1990). Em contrapartida, a dimensão propriamente simbólica da

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Genebra e vice-reitor da mesma universidade. A família e a justiça constituem os seus principais domínios de pesquisa. Publicou, entre outras, as seguintes obras: *Microsociologie de la famille* (Presses Universitaires de France, 1984), *Figures de l'équité* (Presses Universitaires de France, 1988), *Les stratégies éducatives des familles* (Delachaux et Niestlé, 1991), *Les réseaux de solidarité dans la famille* (Réalités sociales, 1994), *Le sentiment de justice dans les relations sociales* (Presses Universitaires de France, 1997). Dirige actualmente, conjuntamente com René Levy, o inquérito «Coesão, regulação e conflitos nas famílias contemporâneas».

** Assistente, desde 1996, no Departamento de Sociologia da Universidade de Genebra. Colaborou na pesquisa «As linguagens do parentesco: uma exploração dos modos de transmissão familiar de identidade e de solidariedade», dirigida pelo professor Jean Kellerhals. Prepara, actualmente, uma tese de doutoramento sobre as representações morais ordinárias da família. Além disso, é também redactora-chefe da revista de ciências humanas *Carnets de bord*, na qual publicou «Homosexualité et filiation: considérations à partir d'une controverse intellectuelle» (2001).

*** Sociólogo, foi assistente de ensino e de pesquisa no Departamento de Sociologia da Universidade de Genebra entre 1995 e 1999. Os seus domínios de pesquisa são a sociologia da família, a sociologia das organizações e o estudo das representações e das normas de justiça. Colaborou na pesquisa «As linguagens do parentesco: uma exploração dos modos de transmissão familiar de identidade e de solidariedade», dirigida pelo professor Jean Kellerhals. Em 1997 publicou, conjuntamente com Jean Kellerhals e Marianne Modak, «Le sentiment de justice dans les relations sociales» (Paris, PUF). Trabalha actualmente em Genebra como sociólogo independente e pratica a sociologia de intervenção em empresas.

transmissão familiar, com excepção dos trabalhos sobre a memória familiar (Déchaux, 1997; Muxel, 1996; Coenen-Huther, 1994; Segalen e Michelat, 1991), é ainda um terreno a desenvolver. É precisamente esta dimensão simbólica das transmissões familiares que procuramos explorar, tratando-se aqui, particularmente, de analisar mais as *formas* do que os *conteúdos* destes processos. Quais são os dispositivos privilegiados pela família para balizar as trajectórias individuais no espaço social? Através de que *linguagens* o parentesco consolida uma cultura familiar e orienta os membros da família?

As transformações sócio-demográficas da família — que tiveram lugar nas últimas décadas — levam-nos a pressupor a existência de mudanças também a nível dos principais modos de transmissão familiar. A hipótese que colocamos é, assim, não a do desaparecimento destes modos de transmissão, mas antes a da sua diversificação. Ao invés de nos centrarmos sobre um ou outro modo de transmissão (como o património ou a memória familiar), procuramos confrontar os diversos dispositivos mobilizados pela família, fitando uma melhor apreensão da pluralidade dos mecanismos de construção identitária.

A realização, em Genebra (Suíça), de um estudo qualitativo¹ sobre 25 linhagens familiares, em que foram entrevistados 75 indivíduos, permitiu-nos, quer identificar os componentes dos modos de transmissão, quer explicitar as suas conexões sistémicas (Kellerhals, Ferreira e Perrenoud, 1999). O objectivo deste artigo é precisamente apresentar de forma pormenorizada esses componentes, bem como esclarecer as lógicas de construção identitária que resultam do seu agenciamento sistémico. Na segunda parte da nossa exposição fazemos uma análise destas lógicas segundo as variações sociais e geracionais observadas.

REFERENCIAIS, TRANSMISSORES E ACTORES: OS COMPONENTES DOS MECANISMOS DE TRANSMISSÃO

Os mecanismos de transmissão familiar que participam na construção das identidades sociais podem ser definidos enquanto processos que articulam três componentes principais:

- 1) Os *referenciais*, que permitem aos indivíduos orientarem-se e posicionarem-se no espaço social;

¹ Realizámos entrevistas semidirectivas com base num guião de entrevista constituído por cerca de quarenta questões. Foram abordados diferentes domínios no curso destas entrevistas: as etapas importantes da história familiar, a definição subjectiva da parentela, as expectativas face às outras gerações, as festas de família, as figuras familiares centrais e os seus papéis, a apreciação do lugar da família alargada nas principais escolhas de vida do ego, as reacções familiares face aos desvios, etc. Do ponto de vista da pertença sexual, a população pesquisada é constituída por 55 mulheres e 20 homens.

- 2) Os *transmissores* — ou práticas colectivas —, através dos quais a família mobiliza os referenciais;
- 3) Os *actores*, cujos modos de estruturação e de organização influenciam de maneira importante as configurações familiares, assim revelando os mecanismos de transmissão.

Com base na análise que efectuámos podemos identificar diferentes *referenciais* presentes nas lógicas familiares de construção identitária. Alguns destes referenciais acentuam a ideia de pertença, como é o caso das *ancoragens*, que, transmitidas pela família, se destinam a vincular o indivíduo a grupos exteriores (uma igreja, uma associação, um grupo sócio-económico), e dos *emblemas*, que reforçam a coesão familiar em torno de símbolos partilhados — uma casa de família, um antepassado ou um ritual anual de encontro. Outros referenciais estão, pelo contrário, ligados à ideia de função, isto é, ao futuro social e moral dos membros da família. Neste sentido, o *guião* refere-se ao projecto biográfico estruturado por expectativas familiares fortes (ser o herdeiro, ser respeitável, ser bem sucedido), sendo que, por seu lado, o *valor-código* se refere às orientações axiológicas através das quais o grupo dá um sentido às relações internas (a lealdade, a autenticidade) e faz a interpretação do mundo exterior. Finalmente, o *modelo* é um referencial que evoca, não tanto a ideia de pertença ou de função, mas a de relação: é a «coabitação» com uma personagem familiar admirada por ego, pelas suas qualidades normativas e/ou relacionais, que explica a emergência deste referencial.

Estes diferentes referenciais são activados, veiculados e apropriados através de práticas colectivas — os *transmissores* —, que podemos dividir em duas categorias, de acordo com a dinâmica privilegiada pelo grupo. Os transmissores de tipo institucional valorizam as práticas que articulam a vida familiar a instituições exteriores. É o caso da gestão de capitais importantes (transmissor *património*), de actividades ligadas a convicções ideológicas (transmissor *fé*) ou ainda do trabalho de recapitulação de um passado familiar marcado por acontecimentos singulares (transmissor *mito*). Os transmissores de tipo privatizado investem, por sua vez, nas relações internas enquanto veículo de construção identitária. É o caso da influência estruturante de uma personagem familiar carismática (transmissor *líder carismático*), da presença de um conjunto de instruções normativas que visam ordenar e harmonizar as condutas (transmissor *disciplinas*) e, finalmente, da existência de trocas profundas, intimistas e comunicacionais que favorecem a eclosão de vocações pessoais (transmissor *maiêutica*).

A transmissão de referenciais supõe o agenciamento dos *actores*, ou seja, a definição de fronteiras familiares e de modos de organização interna. A definição de *fronteiras familiares* respeita, primeiramente, à forma de construção do *modo de fechamento em relação ao exterior*, tarefa que implica a

definição de critérios que permitam definir o grupo familiar: critérios de *estatuto* (a partilha do sangue e do nome), de *função* (as relações de colaboração e de solidariedade) ou de *afinidade* (os sentimentos de proximidade afectiva e relacional). As fronteiras familiares delimitam também o tipo de *conectividade*, isto é, o tipo de laços internos através dos quais os membros da família se reconhecem. Neste sentido, podemos distinguir vários tipos de laços: o tipo *grupo*, que se caracteriza por uma forte consciência colectiva e por um tecido denso de relações; a *linhagem*, que privilegia as relações verticais em torno de uma história ou de um capital; a *rede*, que traduz uma concepção dos laços familiares em termos de custos e de benefícios (funcionais, relacionais, afectivos); finalmente, a *massa*, que nasce da convergência dos indivíduos em torno de um líder ou de uma crença, sem, contudo, se estar em presença de laços interpessoais fortes. Finalmente, ainda a propósito das fronteiras familiares, devemos indagar sobre o grau de *extensão* familiar, ou seja, o conhecimento que os indivíduos têm das gerações precedentes (os «antepassados») e dos membros contemporâneos da parentela (primos, tios e tias, etc.). Podemos facilmente supor que certas culturas familiares favorecem, através de narrativas e de rituais de encontro, uma consciência *alargada* do parentesco, enquanto outras estão, em contrapartida, mais centradas sobre o presente e sobre os membros da família próxima. Neste último caso, os indivíduos têm uma consciência *estreita* dos seus laços de parentesco.

A *organização interna* da família remete para a definição de papéis e para a hierarquia entre os actores. Os *papéis* definem-se no quadro de domínios de especialização (a realização de festas, as relações de ajuda, a gestão dos bens) e segundo certos atributos, como o sexo, a geração, a posição genealógica e social do indivíduo. Os *critérios de hierarquização* dos actores podem ser democráticos (defendem a igualdade de tratamento, de direitos, de obrigações) ou autocráticos (ideia de um comando, de uma assimetria de poder entre os actores).

Estão assim identificados os três grupos de componentes dos processos de transmissão, cuja síntese fazemos no quadro que se segue.

Segundo a nossa hipótese, as combinações singulares entre estes diferentes componentes dão lugar a diferentes lógicas de construção identitária. O estudo qualitativo que realizámos permitiu-nos isolar seis lógicas que passamos a descrever.

LÓGICAS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Podemos distinguir dois tipos de lógicas de construção identitária: as lógicas de tipo institucional, que caracterizam as culturas familiares fortemente marcadas por laços que dependem da sua filiação a universos exteriores, e as lógicas privatizadas, onde é a dinâmica específica das relações familiares que serve de motor à construção identitária.

Culturas de parentesco
Quadro-síntese dos componentes e das suas categorias

<p>Referenciais</p> <p>(= conjunto de referências e de critérios que permitem à pessoa orientar-se no tempo e no espaço social e, assim, construir a sua identidade)</p>	<p>Transmissores</p> <p>(= conjunto de práticas colectivas através das quais os referenciais do grupo familiar são colocados em acção pelos indivíduos)</p>	<p>Actores</p> <p>(= substrato relacional que encarna e reproduz, por meio dos transmissores, os referenciais do grupo familiar)</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Ancoragens = grupos ou comunidades nos quais o grupo familiar situa efectivamente a pessoa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fé = doutrina religiosa, política ou estética institucionalizada e vivida por uma comunidade organizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fronteiras externas: <ul style="list-style-type: none"> – <i>Fechamento</i> = modo de abertura/fechamento do grupo familiar em relação ao exterior. – <i>Extensão</i> = amplitude genealógica e colateral da rede de parentes. – <i>Lateralização</i> = escolha selectiva da linhagem significativa.
<ul style="list-style-type: none"> • Emblemas = lugares, cenas ou personagens que, como símbolos do grupo familiar, permitem reavivar a coesão e a conformidade dos membros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Património = capital económico ou cultural como símbolo do grupo familiar e cuja reprodução ou gestão supõe uma organização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fronteiras internas – conectividade = tipo de laços existentes entre os diversos membros do grupo; grau de interligação dos membros da família.
<ul style="list-style-type: none"> • Código: <ul style="list-style-type: none"> – Valor-código fundador do modo de comunicação privilegiado no seio do grupo como elemento de coesão. • Chave (ou grelha) de leitura simplificada que permite descodificar o ambiente social de maneira simples e aparente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mito = personagem ou acontecimento memorável, lembrado periodicamente nas narrativas e rituais, e sobre o qual se funda o modo de coesão do grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização: <ul style="list-style-type: none"> – Especialização funcional (papéis) dos membros da família na gestão e transmissão familiar. • Hierarquização dos diferentes actores, uns face aos outros, de acordo com o grau de poder de cada um.
<ul style="list-style-type: none"> • Modelos = pessoas ou subgrupos de parentes que encarnam o modo de vida ou de pensamento julgado desejável num determinado sector da existência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplina = conjunto de instruções, concretizadas nas práticas domésticas, que visam a reprodução da ordem. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Guiões = afectação de um destino ou projecto biográfico a um membro ou categoria de membros da família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maiêutica = método de comunicação intimista entre duas ou mais pessoas com vista à descoberta de si. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Líder carismático = personagem carismática actual em torno da qual convergem as interacções e a quem é dada legitimidade para enunciar as normas e os objectivos do grupo. 	

LÓGICAS DE TIPO INSTITUCIONAL

A construção identitária é, neste caso, fortemente marcada pelos contextos familiares, contextos em que os mecanismos de transmissão são estruturados através da articulação significativa entre o quadro doméstico e o ambiente institucional. Estes mecanismos podem estar ligados ao incremento de um capital económico-social (*lógica património*), a uma convicção ideológica (*lógica fé*) ou ao dever de memória face a um passado notável (*lógica mito*).

Estas lógicas de transmissão vinculam os indivíduos aos meios exteriores que são indissociáveis da trajectória familiar. As relações no seio da família e a identidade de cada indivíduo constroem-se à luz das relações mantidas com um grupo sócio-económico, uma instituição religiosa ou um país de origem. Estes vínculos institucionais justificam a importância de referenciais que evoquem mais a *pertença* do que a *relação*, ou seja, que inscrevam o indivíduo no seio de outros universos identitários.

A lógica «património»

Como o nome indica, esta lógica de construção identitária estrutura-se em torno da existência do conjunto dos capitais económicos, sociais e simbólicos que formam o património familiar (uma fábrica, uma propriedade vinícola, um comércio). A expansão destes capitais constitui o mecanismo central da transmissão familiar. A antiguidade e a visibilidade social do património concorrem para a forte presença de referenciais que reforçam o princípio de pertença. As ancoragens são variadas, como bem o demonstra o facto de o indivíduo se encontrar vinculado a uma determinada classe social ou à região onde está implantado o património, em suma, aos diversos universos institucionais conectados ao funcionamento do património. Emblemas importantes reavivam de maneira omnipresente a especificidade da identidade familiar: os bens mobiliários e imobiliários, os antepassados, os rituais que reúnem a família. Esta pertença objectiva a uma família que possui um património importante não constitui garantia suficiente da perenidade desse mesmo património. Outros referenciais são fortemente convocados a fim de alimentarem o sentimento subjectivo de identificação com o colectivo familiar. Assim, os guiões afectos aos indivíduos — dos quais o mais importante é o de herdeiro capaz de assumir a sucessão — são orientados por valores-código, como a lealdade ou a tradição, e por uma grelha de leitura do mundo que, sendo meritocrática, permite legitimar os diferentes privilégios associados à posição social da família.

A concepção das posições que os actores devem ocupar reforça o primado dado ao princípio de pertença. As fronteiras familiares delimitam um mundo de fechamento definido por critérios estatutários (a partilha de um mesmo nome, de um mesmo sangue, de um mesmo património), sendo que, do ponto de vista da conectividade, os indivíduos se percebem enquanto mem-

bros de um grupo com um território claramente definido por relação ao património. Indissociável do passado do património e da sua gestão actual, existe um conhecimento aprofundado do parentesco, alimentado através de narrativas e de encontros anuais com os diversos membros da família alargada: o grau de extensão é, no caso destas lógicas, alargado. Do ponto de vista da organização interna, observa-se uma complementaridade funcional de papéis sexuais: a gestão propriamente dita do património é tarefa dos homens, ao passo que as mulheres desempenham papéis essencialmente expressivos, necessários para a manutenção da coesão familiar. A identificação das gerações mais jovens com a importância do património, e sobretudo com a necessidade da sua continuidade, é favorecida pela existência destes papéis que representam investimentos personalizados. Contudo, esta busca de identificação não está isenta de obstáculos. A gestão racional do património implica escolhas, nomeadamente a do herdeiro mais apto para a assunção deste papel. A lógica colectiva que sustenta o património prima sobre as lógicas individuais, o que não acontece sem rancores e sofrimentos.

A lógica «fé»

No interior da categoria «lógicas de tipo institucional» encontramos igualmente culturas familiares animadas por uma crença religiosa, política ou ainda artística. Essa «fé» comum ultrapassa a simples esfera doméstica, pois, na afirmação da sua identidade ideológica e nas suas práticas, estas famílias encontram-se inseridas em instituições, como uma igreja, um partido, um sindicato ou um conservatório. Daí a importância das ancoragens institucionais transmitidas pela família. A identidade ideológica exprime-se através de emblemas fortes, como é o caso dos rituais associados às práticas, das figuras marcantes que encarnam o espírito da instituição de referência ou ainda de objectos indissociáveis das actividades ideológicas (a Bíblia, o manifesto, o violino). Nestas culturas familiares, os indivíduos reconhecem-se através dos mesmos valores-código, a saber, a busca de verdade (que encontram no protestantismo, no socialismo, na pintura) e o espírito de vocação (uma vocação que se identifica pela renúncia a outras actividades). O mundo exterior é lido através de uma grelha de leitura maniqueísta que distingue os fiéis dos pagãos. Expectativas fortes — cristalizadas nos guiões — impõem-se às pessoas que vivem e partilham uma mesma fé: não é suficiente crer, é preciso dar prova de engajamento e de renúncia.

Do ponto de vista dos actores, constatamos que partilhar uma mesma fé não supõe, como seria de esperar, a afirmação de uma consciência de grupo. O fechamento que caracteriza as fronteiras familiares é de tipo funcional: é porque partilham as mesmas crenças e as mesmas práticas que os indivíduos

se reconhecem enquanto membros da mesma família. Os laços entre os indivíduos apresentam-se sob a forma de uma «massa» de fiéis que encontram na crença religiosa um elemento federativo. Este ponto de convergência não produz forçosamente relações interpessoais fortes, isto é, pode crer-se no mesmo ideal sem se procurar conhecer o outro de maneira íntima. Relativamente à consciência que estes indivíduos têm da sua parentela — o grau de extensão —, constata-se que o importante é a comunhão ideológica no presente, o aqui e agora da crença partilhada. Esta postura imediatista não exclui os casos em que o reforço da ligação dos indivíduos à sua linhagem se faz também pelo apelo à memória de antepassados ou de acontecimentos passados (um encontro político memorável, a história de um antepassado pastor, etc.).

Viver e partilhar uma mesma fé: é este o mecanismo central de transmissão nestas culturas familiares. Compreende-se assim que, do ponto de vista da organização familiar, os papéis sejam orientados para uma adesão ideológica. O «magistrado» constitui, ao desempenhar o seu papel, uma espécie de representante da ortodoxia moral e institucional no seio da família. Acreditado e estimado pelos membros do grupo, é a autoridade reconhecida e consultada quando há decisões importantes em jogo. O papel de «mediador» — que é complementar ao de «magistrado» — centra-se sobre aspectos relacionais internos, particularmente sobre a regulação das tensões. As tensões mais importantes são as que nascem do confronto entre as diferentes relações estabelecidas com a crença e com as práticas que a acompanham. As concepções dogmáticas da fé entram em confronto com as visões progressistas e liberais. Estas oposições, que fragilizam a unidade familiar, servem de medida para a importância da ação concertada do magistrado e do mediador, cuja função é lembrar aos outros tudo aquilo que os une, mesmo quando há diferenças. Mas, para além destes conflitos, outras fragilidades trespassam estas lógicas de transmissão. Referimo-nos nomeadamente às dúvidas vividas pelos indivíduos no que respeita ao reconhecimento da sua especificidade própria, para além do seu estatuto de crentes. Na procura de esclarecimento para esta dúvida, alguns procuram o reconhecimento familiar através do conformismo, enquanto outros procuram testar, através da ruptura, a força dos laços afectivos.

A lógica «mito»

A lógica que designamos pelo termo *mito* distingue-se pela evocação constante de um passado familiar particularmente significativo. Um passado marcado por um acontecimento fundador ou por um período de excepção que continua a moldar a cultura familiar no presente. Uma fatalidade económica, um suicídio, uma figura ilustre, podem constituir-se como acontecimentos ou períodos cuja memória permite a estas famílias escapar à banalidade do presente. Nestes casos, a família apropria-se desse passado e transmite-o sob a forma de narrativas e rituais. Os referenciais familiares são, assim, inevitavel-

mente marcados por esse passado: a família vincula os indivíduos não somente a uma região, um país, um grupo social, mas também a um período da história. Os emblemas da identidade familiar constituem referências importantes: árvores genealógicas, retratos, fotografias, que ilustram os bens perdidos, uma figura célebre. Nalgumas famílias, onde o passado familiar está associado a uma fatalidade económica ou ao exílio, é precisamente a ausência de emblemas que exprime o mito. O valor-código destes sistemas familiares faz apelo à lealdade para com esse passado importante, bem como à sua continuidade. A grelha de leitura do mundo coloca, de um lado, os indivíduos que constroem a sua identidade por referência a um passado de excepção («nós vivemos» a deportação, a resistência, a colonização, o fausto aristocrata) e, do outro, os anónimos da história. Estes valores-código orientam os guiões que definem os projectos biográficos individuais em torno de um dever de memória: lembrar quem somos, donde viemos, o que nos aconteceu. A descendência é compelida a respeitar esse passado, bem como as personagens que o povoam, quer através de um conhecimento dos factos, quer pela participação em encontros destinados a honrar esses mesmos factos.

A organização familiar reflecte igualmente o peso do passado. Os papéis familiares devem procurar combater o esquecimento através da glorificação ou simplesmente da crónica dos factos passados. De um lado, o papel do «mestre de cerimónias», que reúne os membros da parentela em torno de rituais que recapitulam a narrativa dos acontecimentos fundadores. E, do outro lado, o papel do «guardião da memória», que se encarrega da preservação dos traços — escritos, orais, materiais — do passado familiar. A ausência destes dois papéis comprometeria o sistema de transmissão. Através dos encontros com os membros da família alargada (pela ocasião dos rituais) e das narrativas do passado familiar, os indivíduos possuem um grau de extensão alargada da sua parentela.

A definição de fronteiras familiares obedece a critérios essencialmente estatutários, uma vez que é pela partilha de um mesmo destino, de um mesmo nome, que os membros da família se reconhecem. Através de rituais e de encontros de comemoração visa-se alimentar a consciência do grupo. Contudo, esta identidade de grupo apresenta algumas fragilidades. Com efeito, a referência constante a um passado excepcional atribui a estas famílias uma identidade arcaica. Este arcaísmo pode ser mal vivido pelos indivíduos das gerações mais jovens que se encontram à procura de reconhecimento nas suas escolhas de vida presentes. Como as outras lógicas de construção identitária, a lógica *mito* é atravessada por tensões. A mais importante é a que existe entre, por um lado, o dever de memória e de lealdade para com o passado e, por outro, o sentimento de se estar preso num passado distante das preocupações presentes.

Vimos até agora três culturas familiares caracterizadas por lógicas de tipo institucional. Lógicas de construção identitária em que os percursos individuais têm tendência para se submeterem aos imperativos familiares. Por esta razão, as tensões surgem entre a obediência ao grupo (e ao seu património,

à sua fé ou ao seu passado) e a procura de reconhecimento de uma individualidade. Os indivíduos da segunda geração são aqueles que mais exprimem estas tensões e fragilidades. Reconhecem o seu orgulho de pertencerem a famílias que lhes transmitem formas importantes de ancoragem, mas lamentam também os efeitos da empresa familiar sobre as suas trajectórias (a exigência de lealdade, de memória e de sacrifício).

LÓGICAS DE TIPO PRIVATIZADO

Neste ponto da nossa exposição vamos voltar-nos para culturas familiares organizadas, inversamente, em torno das relações internas e menos marcadas por filiações a instituições exteriores. Começamos por apresentar os sistemas em que uma personagem carismática influencia de forma importante a dinâmica das relações familiares (lógica *líder carismático*). Seguidamente, analisamos os sistemas caracterizados por um funcionamento muito normativo, rígido e hierárquico que visa assegurar a integração social dos indivíduos (lógica *disciplinas*). Finalmente, veremos como as identidades se constroem no seio de relações intimistas que privilegiam as trocas frequentes e em profundidade (lógica *maiêutica*).

A lógica «líder carismático»

Esta lógica de construção identitária caracteriza-se pela presença e influência de uma figura familiar particularmente carismática. No seio da família, as identidades pessoais constroem-se em constante referência à sua imagem e ao seu percurso de vida. A posição influente deste líder carismático advém essencialmente de dois factores. O primeiro respeita à sua reputação no exterior, pois a sua excelência profissional e social tem efeitos sobre o funcionamento familiar. O segundo reporta-se ao trabalho de idealização operado pelos membros da família: admira-se a sua coerência pessoal e o seu rigor ideológico, o que faz com que se coloque naturalmente essa figura na base do grupo familiar.

Nestes sistemas constata-se que dois referenciais jogam um papel central: o modelo e o valor-código. O modelo — representado pelo líder carismático — tem a particularidade de ser inacessível, facto que desencoraja bastante aqueles que tentam imitá-lo. A grandiosidade do líder, expressa pela coerência do seu pensamento e das suas acções, reflecte-se, por sua vez, no valor-código da excelência. Os indivíduos procuram ser bem sucedidos, coerentes, rigorosos, como o líder, mas são rapidamente confrontados com a distância que os separa do primeiro: estes não podem jamais rivalizar com a sua «perfeição» e a sua exigência. Os guiões não são claramente definidos pela família, mas emergem pela referência constante ao líder carismático: nos seus percursos de vida, na realização dos seus projectos e actividades, os membros da família procuram

não o desapontar. Em contrapartida, notamos que, nesta lógica de construção identitária, nem as ancoragens nem os emblemas constituem referenciais importantes.

A presença marcante do líder carismático reflecte-se, assim, na concepção das fronteiras familiares. A conectividade é de tipo «massa»: o pequeno grupo de pessoas tem em comum uma mesma referência constante ao líder, mas sem que relações aprofundadas se desenvolvam entre si. De uma maneira geral, a parentela está pouco presente tanto do ponto de vista do passado (a memória familiar é secundária) como do presente (desenvolvem-se poucas relações com outros parentes — os primos, os tios, as tias). Consequentemente, as fronteiras familiares são estreitas. Neste caso, tomar em consideração os outros membros da família faz-se de um modo estatutário minimalista: fazem parte da família aqueles com quem se partilha o sangue, o nome, a linhagem, partilha esta que não dá forçosamente lugar a trocas. A dinâmica familiar reduz-se às pessoas que têm em comum a mesma proximidade com a figura carismática. Uma forte hierarquia caracteriza este núcleo familiar: de um lado, o líder, que domina, que se encontra no topo, e, do outro, todos os que se posicionam em função das relações estabelecidas com ele. Três tipos dominantes de relações — representadas por três figuras — parecem caracterizar estes sistemas familiares. Em primeiro lugar, a relação de identificação e de devoção representada pela figura do *fã*. Em seguida, a relação de oposição e de revolta estabelecida pela figura da *ovelha negra*. Finalmente, a relação de submissão e de apagamento encarnada pela figura da *sombra*. Esta última figura, normalmente o cônjuge do líder, desempenha um papel expressivo importante. Personagem discreta que tenta consolar as decepções, moderar as tensões e apoiar secretamente aqueles que se sentem particularmente lesados pela força carismática do líder. Em suma, através dos seus papéis, estas figuras contribuem de maneira essencial para a manutenção da posição dominante do líder carismático.

Este sistema de construção identitária engendra conflitos importantes. A dificuldade de construir um lugar à sombra do líder provoca desmotivação e incerteza quanto à própria especificidade individual. As pessoas procuram junto dele sinais de reconhecimento, sem que encontrem jamais qualquer satisfação. Por esta razão, o desaparecimento do líder pode criar, como acontece em todos os sistemas carismáticos, uma profunda crise de identidade.

A lógica «disciplinas»

A lógica de construção identitária *disciplinas* caracteriza-se por uma regulação normativa muito rígida. Através de um conjunto de regras estritas, estas famílias tentam instaurar um universo fundado sobre a ordem e o consenso. Esta busca de ordem e de estabilidade serve de protecção contra um ambiente que é frequentemente percebido como hostil ou mesmo ameaçador. No exterior é necessário lutar para encontrar um trabalho, para asse-

gurar um lugar, para se fazer respeitar. Este combate traduz-se em esforços de integração social que vão no sentido do conformismo às instituições exteriores (a fábrica, o exército, a igreja).

Nestas culturas, as ancoragens sociais são mais procuradas do que adquiridas. Com efeito, os indivíduos estão em busca de pertença a grupos de referência, nomeadamente um grupo social (desejo de pertencer à classe média), um grupo profissional (fazer parte dos operários especializados, dos empregados), um grupo cultural (fazer parte dos integrantes deste ou daquele teatro). Este desejo de pertença a um grupo não se articula a um espírito de engajamento ou de mudança social: trata-se antes de consolidar o conformismo e a integração social. O valor-código define-se neste sentido: os membros da família partilham o mesmo sentido de dever, de esforço, de respeitabilidade. Reconhecem-se pelo consenso em redor de uma moral religiosa, do patriotismo, do espírito cívico. Interpretam o mundo social em termos de combate: a vida em sociedade é feita de uma sucessão de provas que separam progressivamente os integrados dos «deixados por sua conta e risco». Esta percepção do mundo influencia as expectativas familiares em relação ao percurso de vida dos indivíduos: um guião social orientado para a promoção social ou para a conservação do adquirido, um guião relacional que insiste na dedicação aos seus e, finalmente, um guião normativo que valoriza o controle de si, a vontade e a respeitabilidade.

Nestes sistemas, as fronteiras familiares são desenhadas segundo um critério funcional: os nossos verdadeiros parentes são aqueles que nos ajudam e a quem nós ajudamos. A solidariedade, que pode revelar-se essencial no combate social, é valorizada. Estas estratégias colectivas de sobrevivência e de combate reflectem-se também na definição dos papéis: os homens asseguram as funções instrumentais, tanto como provedores de recursos como enquanto guias ou protectores, e as mulheres centram-se, pelo contrário, sobre as dimensões expressivas da vida familiar, nomeadamente a educação das crianças e as relações de sociabilidade e de solidariedade. Em termos de poder estatutário, observa-se uma forte hierarquia entre os sexos, cabendo ao homem assumir a posição de chefe legítimo da família. Contudo, constata-se que as mulheres, embora se encontrem na posição de dominadas, são ainda assim actrizes centrais da dinâmica familiar.

Estas culturas familiares, muito presentes nos meios populares e particularmente entre os indivíduos em via de ascensão social, conhecem igualmente tensões internas. A rigidez normativa que assenta sobre as noções de ordem, de assimetria e de hierarquia é progressivamente contestada por aqueles que aspiram a funcionamentos familiares mais abertos ao exterior, mais igualitários e mais suaves no plano da regulação interna. Nada há de estranho na constatação de uma evolução destas culturas familiares em direcção a formas mais relacionais, como é o caso dos sistemas de tipo «maiêutico» que iremos abordar de seguida.

A lógica «maiêutica»

O princípio central a partir do qual se desenvolve a lógica *maiêutica* é o da conversação. É pelas trocas frequentes e aprofundadas entre os indivíduos que se constrói uma cultura familiar e um modo de transmissão específico². A relação que melhor exprime o funcionamento destas famílias é a que se estabelece entre quem desempenha o papel de «guia» (normalmente um adulto) e quem desempenha o papel de «discípulo» (a criança). O guia acompanha e apoia o discípulo na sua procura de uma via escolar, profissional, existencial. Neste seguimento, o guia tenta respeitar a singularidade e a autonomia do discípulo; este último, no quadro de uma relação de confiança, faz apelo à responsabilidade e aos conselhos daquele a quem reconhece legitimidade.

Esta lógica de construção identitária não procura filiar os indivíduos a grupos específicos, ou seja, reproduzir as ancoragens sociais. Cada um é livre para descobrir os meios e as actividades que melhor se adequem às suas aspirações. Do mesmo modo, estas famílias não mobilizam emblemas que simbolizem e que sejam destinados, como acontece noutras culturas familiares, a cimentar a coesão. Podem criar-se rituais íntimos, eleger-se lugares de encontro, mas trata-se mais de simbolizar uma relação entre duas pessoas através de uma linguagem cúmplice e secreta do que de afirmar uma identidade colectiva.

As expectativas formuladas a propósito das trajectórias sociais dos indivíduos — os guiões — têm uma tonalidade psicologizante. Insiste-se na diferenciação («ser eu-próprio»), na realização pessoal, na importância de desenvolvimento através das relações e dos projectos de vida. A este respeito, constatamos a importância dada ao percurso escolar. A escola é o lugar, por excelência, para testar as aptidões pessoais, descobrir vocações e adquirir os meios importantes para garantir a autonomia. O modelo constitui outro referencial importante: para se descobrirem a si mesmos e encontrarem o seu caminho, os indivíduos buscam inspiração no percurso de vida de pessoas que admiram e que conhecem. Ao invés de terem referências tradicionais e de seguirem regras conformes, preferem encontrar uma orientação através das pessoas significativas nas suas existências. Do ponto de vista do valor-código, os membros da família reconhecem-se na importância de autenticidade, de transparência, de espontaneidade. Estes partilham uma mesma grelha de leitura do mundo, que é tanto utilitarista (o mundo exterior é um vasto mercado de possibilidades) como humanista (a exigência de tolerância e de respeito pelo outro).

As fronteiras familiares obedecem a este princípio de autenticidade e de autonomia. O critério que define a identidade familiar dos indivíduos é, antes de tudo, de afinidade: a família é composta por aqueles com quem se tem trocas regulares e que, aos olhos do indivíduo, são importantes. Assim, em lugar de

² A lógica maiêutica encontra-se bastante próxima dos mecanismos de construção identitária analisados por Singly (1996).

um grupo de fronteiras bem precisas, observa-se a criação de redes. Com a recusa das ideias de desigualdade de tratamento, de hierarquia, de dever, procura-se estabelecer uma espécie de democracia familiar onde as questões da organização são habitualmente negociadas. Ao invés de uma imposição de regras fixas, prefere-se debater de maneira livre as soluções possíveis.

Estes sistemas de identidade constroem-se num quadro muito personalizado, muito intimista, que comporta alguns pontos frágeis. A tensão mais importante encontra-se entre a procura de autonomia, por um lado, e a dependência sentida das relações familiares, por outro. Por outras palavras: a família insiste na diferenciação, na singularidade de cada indivíduo, mas, a par com o seu funcionamento muito expressivo e íntimo, contribui também para a criação de relações de dependência entre os indivíduos. Por outro lado, o indivíduo pode ser confrontado com o contraste entre um universo familiar, onde recebe facilmente sinais de reconhecimento, e um mundo exterior, que pode apresentar-se sob uma fora mais competitiva, mais hostil. Finalmente, estes sistemas familiares, que valorizam tanto a livre iniciativa como a autonomia de cada um, nem sempre fornecem orientações normativas claras. Assim, o indivíduo pode ser incitado a multiplicar infinitamente as suas experiências a fim de encontrar um sentido para a sua própria trajetória.

As três culturas familiares de natureza privatizada que aqui descrevemos articulam-se pouco em torno de filiações institucionais e de ancoragens sociais (mesmo que se trate de uma busca de pertença, como no caso da lógica *disciplinas*). Os mecanismos de transmissão, através dos quais se constrói uma identidade social, acabam por se confinar à esfera doméstica, íntima, privada. É através da dinâmica relacional interna, da gestão do espaço privado, da maneira como o grupo se reconhece e atribui a cada indivíduo um lugar distinto, que se operam os processos de construção identitária. Trata-se, assim, de culturas familiares mais individualizadas, cujos modos de funcionamento deixam entrever uma forte tonalidade afectiva. Esta tendência, dominante hoje, não deixa de ter os seus problemas, uma vez que os pontos de referência familiares para a construção da identidade são mais psicológicos do que sociais e que o reconhecimento de uma entidade se faz frequentemente através de um jogo de comparações, de seduções, de eleições e de exclusões.

LINHAS EVOLUTIVAS: UMA COMPARAÇÃO INTERGERACIONAL

A comparação dos discursos com as trajetórias dos indivíduos pertencentes às três gerações entrevistadas permite-nos obter informação sobre as linhas de evolução dos modos de transmissão e de construção das identidades³.

³ Como sublinha Attias-Donfut (2000), a vantagem dos estudos focalizados sobre as pertenças geracionais dos indivíduos reside nas diferentes realidades que estas pertenças recobrem: a inscrição numa linhagem familiar, num período histórico e num contexto sócio-económico que estrutura o curso da vida.

Os indivíduos da geração mais velha, cuja média etária é de 78,5 anos, conheceram lógicas familiares que acentuavam a ideia de pertença e a ideia de integração social, nomeadamente pelo exercício de funções (profissionais, familiares, de cidadania). Através das suas famílias de origem, estes indivíduos conheceram desde muito cedo diversas formas de ancoragem social: encontraram-se «naturalmente» vinculados a grupos exteriores, como a aldeia, a igreja, a comunidade camponesa. Os emblemas — como uma casa familiar, um ritual ou um antepassado — eram investidos pela família para simbolizarem a identidade colectiva. O valor-código articulava-se em torno da ideia de integração social, de consenso face às instituições (ser bom trabalhador, bom soldado, bom cristão). Estes valores acompanharam fortemente os percursos destes indivíduos sem que a família tivesse necessidade de precisar que guião deviam seguir. Pragmáticos e realistas face às condições de vida, estes indivíduos não buscaram inspiração em modelos. Procuraram, por si mesmos, forjar uma identidade profissional e adquirir uma posição estável no seio da sociedade. Influenciados pelos transmissores mais presentes nas suas famílias de origem — fé e disciplinas —, tentaram conservar o sentido das responsabilidades, da ordem, da conformidade ideológica. O princípio de pertença que guiou a sua construção identitária encontra-se também na concepção das fronteiras familiares. O critério do estatuto — partilha de um mesmo sangue e de um mesmo nome de família — define o modo de fechamento das fronteiras familiares. Os indivíduos percebem-se, do ponto de vista da conectividade, como um grupo de fronteiras precisas: conhecem o passado da sua família, bem como os seus membros contemporâneos. Os papéis são diferenciados e hierarquizados segundo o sexo e a geração. Estas culturas familiares apresentam, assim, vestígios da sociedade patriarcal: o poder está nas mãos dos homens e dos mais velhos.

Os seus filhos, indivíduos que pertencem à geração-*pivot*, têm uma média etária de 50 anos. Conheceram a revolução dos costumes e beneficiaram de um contexto sócio-económico favorável, o dos «trinta gloriosos». As suas culturas familiares de origem insistem sobre o consenso e sobre a ordem (o transmissor *disciplinas* é o mais presente), mas estes indivíduos valorizam, contudo, a ideia de ascensão social. Já não se trata de reproduzir as identidades sociais passadas, mas de ir mais longe do ponto de vista social e económico. Para isso, não se procura filiar os indivíduos ao local de origem ou à classe operária. As ancoragens e os emblemas são pontos de referência do passado familiar, mas já não são activados no presente. Os guiões que orientam os indivíduos da geração intermediária direccionam-se para a promoção social. O valor-código que acompanha este movimento de ascensão valoriza o pragmatismo, o sucesso social, a livre iniciativa, o individualismo. A mobilidade social em direcção às classes médias distancia estes indivíduos das concepções tradicionais das relações familiares. Dão menos importância ao estatuto, ao dever e à obrigação, preferindo estabelecer trocas com os membros da família que lhes são

próximos: ao invés da noção de grupo, esta geração desenvolve a ideia de rede criada pelas afinidades. Em consequência desta preferência pela proximidade expressiva, constatamos que o conhecimento do passado familiar é mais reduzido, como o é também o conjunto de pessoas que fazem parte da família. A autoridade patriarcal, a hierarquia entre os sexos e as gerações são noções contestadas. A igualdade e a negociação são privilegiadas de forma a instaurarem funcionamentos familiares mais democráticos.

Finalmente, os indivíduos da geração jovem (23,5 anos de média etária) estão pouco familiarizados com a transmissão familiar de formas de ancoragem social e de emblemas de uma cultura colectiva. A sua construção identitária é orientada por referenciais mais personalizados. De um lado, os guiões insistem sobre o bem-estar, a realização pessoal, o sucesso escolar. Do outro lado, esta geração refere-se a modelos, a pessoas da família que estima pelas suas qualidades relacionais, pelas suas posturas normativas. O valor-código que acompanha a sua socialização familiar privilegia a autenticidade e a confiança. Esta geração interpreta o mundo exterior de forma utilitarista (procuram-se ocasiões de realização de projectos) e humanista (valorizam-se as relações de proximidade). O transmissor familiar mais presente é a conversação, a relação maiêutica. Nas suas famílias, estes indivíduos beneficiam de trocas aprofundadas com pessoas da sua eleição. O critério de afinidade e a ideia de rede são as principais características que definem as fronteiras da família. Procura-se promover a igualdade, a discussão e a confiança. A noção de família reduz-se normalmente ao pequeno número de pessoas que contam na vida quotidiana dos indivíduos. As gerações passadas e os membros distantes da parentela são pouco conhecidos.

Através desta breve apresentação dos processos de construção identitária no curso das gerações podemos afirmar o impacto importante da mobilidade social dos indivíduos sobre os mecanismos de transmissão familiar⁴. Mais ainda: para compreender a evolução sócio-histórica do papel do parentesco na construção das identidades não podem negligenciar-se as articulações entre privado e público, mais particularmente a questão das convivências entre a transmissão familiar e as exigências do mundo sócio-económico. Este aspecto surge claramente quando se fazem intervir as variações sociais na análise dos mecanismos de construção identitária.

AS VARIAÇÕES SOCIAIS

A partir das nossas análises, podemos também desenhar, nas suas grandes linhas, as características dos mecanismos de transmissão familiar e dos

⁴ As nossas conclusões relativas às características das três gerações, bem como ao impacto da mobilidade social, aproximam-se das análises de C. Attias-Donfut (2000) ou ainda do trabalho de L. Chauvel (1998).

modos de construção de uma identidade social de acordo com a pertença dos indivíduos interrogados⁵ a determinados estratos sociais.

OS ESTRATOS SUPERIORES: A MULTIPLICAÇÃO DOS CAPITAIS

Na nossa definição, os estratos superiores compreendem, por um lado, os indivíduos pertencentes a famílias que possuem um património relativamente antigo e importante, cuja perenidade é necessário assegurar, e, por outro lado, os indivíduos cuja posição no topo da hierarquia social assenta sobre o seu estatuto profissional (quadros superiores, universitários, profissões liberais). Apesar da sua pertença comum ao mundo social dos privilegiados, distinguem-se o tipo de capitais que pretendem fazer frutificar e, conseqüentemente, o tipo de processos de transmissão associados a esses capitais.

Assim, para as famílias patrimonialistas, mais próximas de uma lógica de distinção, trata-se de preservar e de reproduzir um *habitus* de classe através da identificação dos membros da família com a importância dos diferentes capitais: o capital simbólico (o nome de família, a genealogia da família e do património), o capital social (as redes locais e cosmopolitas que preservam as fronteiras de uma elite burguesa), o capital económico (os diferentes bens mobiliários e imobiliários, a começar pelo próprio património)⁶. Em contrapartida, para os quadros superiores, estes processos relevam menos do prestígio de um colectivo do que de percursos individuais que se demarcam socialmente pelo seu grau de excelência, pela sua inscrição estatutária no seio de instituições de renome.

A fim de ilustrar a especificidade dos estratos sociais superiores em matéria de transmissão familiar e de constituição das identidades sociais, vamos centrar-nos em particular sobre o caso das famílias patrimonialistas. Como anteriormente referimos, estas culturas familiares estruturam-se em torno de mecanismos ligados à sobrevivência dos diversos tipos de capitais familiares. A ancoragem constitui um referencial inevitável para os indivíduos pertencentes a uma família actriz da história, uma família cujo nome está inscrito nos anais dos campos económicos, políticos, intelectuais, culturais. Nascer no seio de uma família que possui capitais importantes implica fazer seus os interesses colectivos, sendo que, por isso, expectativas fortes

⁵ Do ponto de vista da pertença social dos indivíduos e famílias considerados, criámos *a posteriori* três categorias distintas em função do nível de educação e da profissão exercida: os estratos superiores (universitários, profissões liberais, directores de empresa), os estratos médios (professores primários, paramédicos, empregados) e os estratos populares (camponezes, operários, artesãos). Relativamente aos estudantes, considerámos o meio social dos pais.

⁶ A propósito das estratégias de transmissão e de reprodução nas famílias que possuem um património importante, v. os trabalhos de Pinçon e Pinçon (1996) e de Le Wita (1988).

pesam sobre o destino dos indivíduos. O guião garante a continuidade familiar, a protecção do património, por via de uma missão levada a cabo pelos membros encarregues da liderança, da gestão, da produção, da negociação. A interiorização da atitude própria dos herdeiros faz-se com a ajuda do trabalho de emblematização operado pelo grupo: rememoração dos fundamentos identitários através dos objectos, dos antepassados, dos rituais. Estes emblemas de forte valor económico e simbólico relembram aos descendentes a importância da sobrevivência. A coesão familiar é afirmada em locais e em momentos que invocam a pertença social: as reuniões no *château*, o ritual familiar em torno de um acontecimento histórico, as férias na residência secundária, etc. A justificação da legitimidade dos privilégios sociais é transmitida por um código normativo no qual os indivíduos se reconhecem: a ideia de tradição, de distinção adquirida pelo mérito, pela excelência.

A concepção das fronteiras familiares segue a lógica estatutária e grupal que orquestra a relação dos membros com os mecanismos identitários. O proteccionismo faz apelo a uma relativa rigidez, a critérios de entrada e de participação na dinâmica familiar. O nome e o sangue, que reúnem os membros da família em redor de um mesmo capital, fixam e alargam os contornos das fronteiras, delimitando o território familiar. No interior da família, a organização hierarquizada e a especialização funcional entre sexos e gerações contribuem para a preservação do espírito grupal, mesmo clânico: a gestão propriamente dita do património compete aos elementos masculinos, enquanto as dimensões expressivas necessárias à consolidação do espírito de grupo são geradas pelas mulheres.

Em resumo, os mecanismos de transmissão familiar privilegiam, nos estratos superiores, o princípio de pertença. Uma pertença de facto, herdada, que supõe uma forte identificação dos indivíduos com o objectivo de perpetuar e de legar, por seu turno, esta mesma pertença a uma família privilegiada e aos grupos circundantes. Os mecanismos são assim de vulto, o que explica as tensões entre, por um lado, uma lógica colectiva necessariamente gestonária e racional e, por outro, uma lógica individual que busca reconhecimento, singularidade.

OS ESTRATOS MÉDIOS: A BUSCA DE ASCENSÃO SOCIAL

Os estratos médios são compostos por indivíduos que conheceram, em comparação com os seus ascendentes, um movimento importante de mobilidade social. Deste modo, emanciparam-se face a um certo número de princípios ligados às suas culturas familiares de origem: navegam em universos sociais, profissionais, culturais, diferentes e afiliam-se a outras orientações normativas, o que explica em parte a emergência de uma nova con-

cepção das relações familiares e dos modos de transmissão. Consequentemente, um dos traços marcantes dos indivíduos pertencentes a estes estratos sociais consiste na sua posição intermediária, uma posição entre dois tipos dominantes de culturas familiares: *grosso modo*, a cultura disciplinar das suas famílias de origem (oriundas dos meios populares) e a cultura relacional que procuram desenvolver com os filhos (essencialmente jovens que cursam estudos superiores).

Entre os estratos médios, os referenciais familiares evidenciam, de toda a maneira, a busca de ascensão social: a que estava presente nas aspirações educativas dos pais e aquela que continua a alimentar as expectativas destes indivíduos em relação à sua descendência. Contrariamente aos estratos superiores, onde a transmissão de ancoragem constitui um mecanismo identitário, entre os estratos médios a não transmissão de ancoragem torna possível a promoção social: os indivíduos distanciam-se do meio camponês e operário das gerações precedentes. Desde logo, a aldeia, a região, a casa familiar de origem, são emblemas que não têm por função cimentar a coesão da família, mas antes assinalar a mobilidade concretizada. Do mesmo modo, os indivíduos de estratos médios desejam distanciar-se dos valores-código que visam a conformidade e o consenso. Com efeito, adoptam, relativamente aos filhos, um discurso mais orientado para o psicológico, o relacional: a autenticidade, a espontaneidade, a partilha, anunciam os traços dominantes de uma família dita «relacional». A importância, entre os estratos médios, do modelo como referencial familiar mostra o lugar crescente acordado às relações interpessoais, ou seja, os indivíduos referem-se mais a figuras próximas, que encarnam um ideal normativo relacional, do que a instituições exteriores. De um modo geral, continuam a dar importância à ascensão social, embora diferentemente dos pais, prefiram realçar mais as ideias de autonomia e de realização pessoal do que as de conformismo, de respeitabilidade e de ordem.

A mobilidade social tem igualmente como consequência a deslocalização da família alargada, a distância geográfica entre células que se tornam casulos relativamente independentes. O investimento relacional dos indivíduos dos estratos médios é selectivo e limitado: ao invés de um grupo alargado e localizado, orquestrado por obrigações, assistimos à criação de reservatórios verticais no interior dos quais os membros próximos (do ponto de vista da filiação e algumas vezes das afinidades) alimentam trocas de solidariedade e de sociabilidade. O fechamento das fronteiras familiares pela afinidade engendra uma conectividade que tende a ser essencialmente reticular, ou seja, a estruturação dos actores toma a forma de redes suaves delineadas pelo seu próprio «nomadismo». Estes fazem a apologia das relações diádicas, no seio das quais os indivíduos podem aprofundar laços, desempenhar papéis de acompanhamento, de conselho, de confiança, de diálogo, de apoio. Observamos, assim, o confinamento do horizonte familiar às relações activadas, às

«relações que contam». Fruto desta lógica afinitária de selecção, a extensão familiar é fraca entre os estratos médios: a consciência genealógica e colateral do parentesco esbate-se em proveito das relações presentes e quase quotidianas. A organização familiar quer-se mais simétrica e menos hierarquizada, por forma que os lugares sejam ocupados mais segundo as competências e as motivações de cada um e menos segundo características sexuais e geracionais. Contudo, é forçoso constatar que, apesar de uma vontade de emancipação, as mulheres continuam, malgrado as suas actividades profissionais, a ocupar um lugar primordial em matéria de papéis expressivos.

Os indivíduos pertencentes aos estratos sociais médios operaram, assim, mudanças importantes ao nível dos mecanismos de transmissão e de construção identitária. Estas transformações não significam, em si mesmas, uma ruptura drástica. No quotidiano, os indivíduos encontram-se divididos entre dois universos familiares regidos por leis diferentes: o universo das famílias de origem, onde o compromisso, o não dito, o parecer, são necessários ao cenário da harmonia familiar, e o universo das famílias de procriação, onde se privilegiam modos de comunicação mais transparentes, mais igualitários e mais autónomos.

OS ESTRATOS POPULARES: A MEMÓRIA DA COMUNIDADE

Os estratos populares, protagonizados, na nossa pesquisa, pela geração mais velha, são compostos por indivíduos provenientes de meios camponeses e operários. Uma parte importante destes indivíduos, motivada pela procura de melhores condições de vida, foi, num dado momento, constrangida à mobilidade geográfica e, algumas vezes, social.

Os referenciais familiares de origem convocam o princípio de pertença a uma comunidade no seio da qual família e instituições entretêm relações estreitas. A ancoragem à aldeia, ao grupo de taberna, à paróquia católica, deixa traços na memória destes indivíduos catapultados para outras regiões, para outros cantões. Contrariamente aos membros da família que não conheceram o êxodo, não utilizam os emblemas de enraizamento familiar com o objectivo de afirmarem a coesão colectiva. Mais próximos de uma dinâmica de promoção do que de reprodução, não procuram vincular os filhos e netos à comunidade de origem. Munidos de um código institucional em que as normas e os valores se articulam em torno da correcção, da integridade, da responsabilidade, os actores dos estratos populares não fazem objecto de guiões e não são estruturados por modelos. A palavra de ordem é a da moldagem individual da própria trajectória, a da adopção de uma postura pragmática e realista que lhes permita a integração social.

A família de origem apresenta um tipo de estruturação tradicional: o fechamento das fronteiras familiares obedece a critérios estatutários e funcionais que descolam da localização geográfica. A proximidade residencial (mesma aldeia, mesmo bairro) e social (os membros da família partilham a pertença ao meio agrícola ou operário) conduz a uma concepção «familiarista» das fronteiras. O sangue, o nome e a actividade comuns ditam as obrigações familiares de sociabilidade e de solidariedade: aos domingos vai-se à missa ou ao culto e faz-se a visita aos parentes, os trabalhos da quinta ou da vinha convocam braços suplementares, etc. O território geográfico no qual se inscreve a parentela coincide frequentemente com o território familiar: os membros têm uma noção precisa e alargada das fronteiras de conectividade grupal. A organização familiar reproduz uma ordem social à escala doméstica, ocupando os membros da família lugares imputados em função dos seus atributos sexuais e geracionais. A cada um o seu domínio de especialização, os seus direitos e os seus deveres.

A pertença comunitária faz, assim, parte da identidade dos indivíduos de estratos populares, embora seja uma pertença que nem sempre lhes ofereceu condições de sobrevivência. O seu olhar é, por consequência, duplo: um olhar tintado de nostalgia pela vivacidade dos laços comunitários de antigamente, mas que lembra igualmente a dureza das condições materiais. Os universos urbanos ou semiurbanos nos quais estes indivíduos se instalaram continuam certamente a ser sempre lugares de adopção, mas lugares de adopção representativos do seu percurso combativo.

CONCLUSÃO

Longe de constituírem configurações estáticas, as culturas familiares que servem de sustentáculo aos processos de construção identitária apresentam linhas dinâmicas e evolutivas, cujos traços principais procuraremos, em conclusão, resumir de forma sintética.

Em primeiro lugar, os REFERENCIAIS familiares, outrora articulados em torno de afiliações e de pertenças (a família participava na construção de uma identidade social, dada a sua faculdade de vincular os indivíduos aos grupos que constituem o seu meio social), passam a estar, ao longo do tempo, mais centrados nas capacidades individuais de desenvolvimento de recursos pessoais destinados à inserção no espaço social de acordo com projectos pessoais. Neste sentido, os guiões são hoje menos sociais e normativos (ser cidadão responsável, trabalhador honesto, católico praticante) e mais psicológicos (estar bem na sua pele, realizar-se nas suas actividades). Ainda neste seguimento, a importância crescente do modelo referencial para a geração jovem pode explicar-se pela necessidade de «dar corpo» ao guião destinado a orientar a construção identitária do sujeito. Finalmente, os

valores-código nos quais os membros da família se reconhecem obedecem menos às noções de dever, de lealdade, de respeitabilidade, de consenso, e adequam-se antes às prioridades identitárias contemporâneas: a valorização da autenticidade, da espontaneidade, da verdade. As grelhas de leitura que permitem atribuir um sentido ao meio social, e ao lugar do indivíduo nesse mesmo meio, insistem pouco na tradição, no costume, na conformidade com as instituições. Pelo contrário, o utilitarismo, que vê no exterior a diversidade de oportunidades de realização de projectos, alia-se ao humanismo, que procura exportar para fora da esfera familiar um ideal de relações escolhidas e respeitadas.

Em segundo lugar, os canais privilegiados de transmissão — os TRANSMISSORES — também evoluíram. Enquanto para as gerações mais velhas as crenças institucionalizadas (em particular a fé religiosa) e as disciplinas contidas nas regras, nos ritmos e nos lugares quase imutáveis constituíam veículos de transmissão muito presentes no quotidiano familiar, para as gerações mais novas são os quadros relacionais, maiêuticos, que tendem a tornar-se dominantes nos processos de construção identitária no seio da família.

Em terceiro lugar, os modos de estruturação dos ACTORES evoluíram de formas grupais e linhageiras para formas reticulares e diádicas. Do ponto de vista dos modos de fechamento, concebe-se, não um grupo de fronteiras delimitadas pelo princípio do sangue e do nome, mas antes nós relacionais definidos pela proximidade expressiva, pelo jogo de afinidades e de alianças de interesses. As culturas familiares tendem a privilegiar meios de comunicação e de organização democráticos, onde a negociação e a participação igualitária substituem progressivamente as formas autocráticas de funcionamento familiar. Estes mundos electivos existem no presente: a inscrição numa temporalidade longa e numa consciência alargada dos colaterais, identificada com o código de obrigações familiares, não é já um mecanismo valorizado pelas famílias (e pelos indivíduos), que preferem aprofundar as relações próximas e significativas nas suas existências.

Estas grandes tendências evolutivas dos mecanismos de transmissão não são o fruto de uma simples mutação endógena. O movimento de mobilidade social que caracteriza em grande parte as trajetórias sociais das famílias interrogadas é, por excelência, revelador do peso dos factores exógenos (sociais, económicos, culturais, institucionais) sobre as transformações das práticas e das representações, bem como dos modos de construção das identidades sociais. Neste sentido, pode colocar-se a hipótese de que a expansão dos estratos médios (e, conseqüentemente, de um *ethos* orientado para formas de promoção social pela via da instituição escolar, que se caracteriza igualmente pela maior permeabilidade à psicologização das relações sociais e pela expressividade crescente das relações familiares) está intimamente ligada às diferentes linhas evolutivas mencionadas.

BIBLIOGRAFIA

- ATTIAS-DONFUT, C. (2000), «Rapports de générations. Transferts intrafamiliaux et dynamique macrosociale», in *Revue française de sociologie*, n.^{os} 41-44, pp. 643-684.
- ATTIAS-DONFUT, C. (1995), *Les solidarités entre les générations*, Paris, Nathan.
- BERTAUX-WIAME, I., e MUXEL, A. (1996), «Transmissions familiales: territoires imaginaires, échanges symboliques et inscription sociale», in F. de Singly *et al.* (eds.), *La famille en questions. État de la recherche*, Paris, Syros, pp. 187-210.
- CHAUVEL, L. (1998), *Le destin des générations. Structure sociale et cohortes en France au XX siècle*, Paris, PUF, col. «Le lien social».
- CHEAL, D. (1991), *Family and the State of Theory*, Nova Iorque, Harvester Wheatsheaf.
- COENEN-HUTHER, J. (1994), *La mémoire familiale: un travail de reconstruction du passé*, Paris, L'Harmattan.
- COENEN-HUTHER, J., KELLERHALS, J., e ALLMEN, M. von. (1994), *Les réseaux de solidarité dans la famille*, Lausana, Réalités Sociales.
- DÉCHAUX, J.-H. (1997), *Le souvenir des morts. Essai sur le lien de filiation*, Paris, PUF, col. «Le lien social».
- DÉCHAUX, J.-H. (1990), «Les échanges économiques au sein de la parentèle», in *Sociologie du travail*, pp. 73-94.
- FINCH, J., e MASON, J. (1993), *Negotiating Family Responsibilities*, Londres, Routledge.
- FINE, A. (1994), *Parrains, marraines. La parenté spirituelle en Europe*, Paris, Fayard.
- GOTMAN, A. (1988), *Hériter*, Paris, PUF.
- KELLERHALS, J., FERREIRA, C., e PERRENOUD, D. (1999), «Les langages de parenté. Une étude exploratoire des types de construction identitaire dans la famille et la parenté», Rapport final de recherche FNRS.
- KELLERHALS, J. (1998), «Individu, personne, sujet: la formation de l'identité dans les familles contemporaines», in R. Steichen e P. Servais (eds.), *Identification et identité dans les familles*, Paris, Academia Bruylant.
- LE WITA, B. (1988), *Ni vue, ni connue. Approche ethnographique de la culture bourgeoise*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme.
- MUXEL, A. (1996), *L'Individu et la mémoire familiale*, Paris, Nathan.
- PERCHERON, A. (1993), *La socialisation politique*, Paris, Armand Colin.
- PINÇON, M., e PINÇON-CHARLOT, M. (1996), *Grandes fortunes. Dynasties familiales et formes de richesse en France*, Paris, Ed. Payot et Rivages.
- SEGALEN, M., e MICHELAT, C. (1991), «L'amour de la généalogie», in M. Segalen (éd.), *Jeux de familles*, Paris, Presses du CNRS, pp. 193-208.
- SINGLY, F. de (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.